



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

NOTA TÉCNICA Nº 3172/2022/DIREP/CRG

PROCESSO Nº 00190.106437/2022-80

INTERESSADO: Karina Indústria de Comércio e Plásticos Ltda, CNPJ 51.254.159/0001-73.

1. RELATÓRIO

1. Trata-se do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR nº 00190.106437/2022-80, instaurado em 05 de agosto de 2022 (Portaria CRG nº 1.789) para apuração de responsabilidade da empresa Karina Indústria de Comércio e Plásticos Ltda, CNPJ 51.254.159/0001-73.
2. Em 11/07/2022, houve a publicação do Decreto nº 11.129/2022 que regulamenta a Lei nº 12.846/13.
3. Em 22/07/2022, foi publicada a Portaria Normativa CGU Nº 19, de 22 de julho de 2022 que institui o procedimento de julgamento antecipado dos processos administrativos de responsabilização de pessoas jurídicas.
4. Em 29/09/2022, a defesa apresentou pedido de julgamento antecipado, nos termos da Portaria Normativa CGU Nº 19, de 22 de julho de 2022 (2537036).
5. Em 08/12/2022, a CPAR apresentou o relatório analisando o pedido e sugerindo o seu acolhimento (2614398).
6. Em 09/12/2022, a defesa acolheu o relatório confirmando a proposta de julgamento antecipado e indicando o pagamento à vista (2617211).
7. É o relatório.
8. Atendido os requisitos regulamentares, serve a presente Nota Técnica para, nos termos do inciso II, do art. 3º, c/c com o art. 5º, todos da Portaria CGU nº 19/2022, opinar pelo deferimento do pedido formulado pela pessoa jurídica e recomendar o julgamento antecipado do PAR. Passa-se à indicação de todos os elementos necessários para a proposição, em atendimento ao comando do mencionado art. 5º.

2. DESCRIÇÃO SUCINTA DAS IMPUTAÇÕES REALIZADAS EM FACE DA PESSOA JURÍDICA PROCESSADA E DAS PROVAS QUE LHE DÃO SUSTENTAÇÃO

9. De acordo com as provas juntadas aos autos, a pessoa jurídica Karina Indústria de Comércio e Plásticos Ltda adquiriu dados sigilosos do banco de dados da RFB extraídos ilegalmente por servidor público federal, os quais eram comercializados por empresas intermediária. Desse modo, a empresa teria subsidiado a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 12.846/13 e, por isso, incidido na conduta prevista no inciso II do artigo art. 5º, da Lei nº 12.846/2013.

3. ANÁLISE DA PROPOSTA DE PAGAMENTO DAS OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS ASSUMIDAS PELA PESSOA JURÍDICA

10. Dispensa-se a análise deste requisito, considerando que a proposta da pessoa jurídica é de pagamento à vista. Por oportuno, registra-se que a pessoa jurídica será intimada dos procedimentos necessários para proceder o recolhimento dos valores indicados.

4. CONCLUSÃO FUNDAMENTADA A RESPEITO DO ATENDIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE JULGAMENTO ANTECIPADO

11. Conforme já detalhado no relatório (2614398), verifica-se o preenchimento pela pessoa jurídicas de todos os requisitos previstos no art. 2º, da Portaria CGU nº 19/2022, nos termos do quadro resumo a seguir:

Requisito normativo	Compromisso
Admissão pela pessoa jurídica de sua responsabilidade objetiva pela prática dos atos lesivos investigados, acompanhada de provas e relato detalhados do que for de seu conhecimento.	"A PROPONENTE, resguardada pelas previsões constantes do art. 4º da Portaria Normativa CGU nº 19/2022, comparece perante a CGU de livre e espontânea vontade e, apesar da boa-fé de seus atos, declara, expressamente, admissão de sua responsabilidade objetiva pela prática dos atos investigados no âmbito do Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.106437/2022-80"
Compromisso de ressarcimento dos valores correspondentes aos danos a que tenha dado causa.	Inexistência de informações neste processo de dano quantificado.
Compromisso de perder a vantagem auferida, quando for possível sua estimação.	Inexistência de informações neste processo de vantagem auferida quantificada.
Compromisso de pagar o valor da multa prevista no inciso I do art. 6º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.	Compromisso assumido.
Compromisso de atender os pedidos de informações relacionados aos fatos do processo, que sejam de seu conhecimento.	Compromisso assumido.
Compromisso de não interpor recursos administrativos contra o julgamento que defira integralmente a proposta.	Compromisso assumido.
Compromisso de dispensar a apresentação de peça de defesa.	Compromisso assumido.
Compromisso de desistir de ações judiciais relativas ao processo administrativo.	Compromisso assumido.
Forma e os prazos de pagamento das obrigações financeiras.	Pagamento à vista.

5. RECOMENDAÇÕES QUANTO À CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS

DECORRENTES DO JULGAMENTO ANTECIPADO.

12. A Portaria CGU nº 19/2022 prevê os seguintes possíveis benefícios decorrentes do julgamento antecipado:

- a) aplicação isolada da sanção de multa prevista na Lei nº 12.846, de 2013, com a concessão dos benefícios previstos no §1º, do art. 5º;
- b) isenção da sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória;
- c) atenuação das sanções impeditivas de licitar e contratar com o Poder Público.

13. A multa foi calculada pela comissão de PAR com base nas disposições constantes do Decreto nº 11.129/2022, tendo sido ponderados as circunstâncias agravantes e atenuantes aplicáveis ao caso. Adicionalmente, foram concedidos os benefícios de atenuação da sanção previstas pela Portaria CGU nº 19/2022. Do cálculo realizado pela comissão, foi sugerida a aplicação da alíquota de 0,1% sobre o faturamento bruto da pessoa jurídica, resultando na multa pecuniária de R\$2.721.950,00. Opina-se pelo acerto das considerações da CPAR e consequente montante calculado a título de multa.

14. Ademais, recomenda-se à isenção da sanção de publicação extraordinária da decisão condenatória, uma vez que foram preenchidos todos os requisitos para o deferimento do pedido de julgamento antecipado.

15. Lado outro, rememora-se que não há inscrição no CNEP em se tratando de pagamento à vista no prazo de até 30 dias após a publicação da decisão de julgamento antecipado pelo Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União.

16. Por fim, não há que se falar em atenuação das sanções impeditivas de licitar e contratar com o Poder Público, uma vez que tais penalidades não são aplicáveis ao caso.

6. CONCLUSÃO

17. Ante o exposto, opina-se que o processo se encontra apto para submissão ao Sr. Ministro de Estado da CGU, com proposta de acatar o pedido de julgamento antecipado, com a concessão dos benefícios previstos na Portaria CGU nº 19/2022.

18. À consideração do Sr. Corregedor-Geral da União, com sugestão de que a matéria seja submetida à Consultoria Jurídica da CGU, a fim de subsidiar a decisão final do Sr. Ministro de Estado.



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE BARBOSA BRANDT**, **Diretor de Responsabilização de Entes Privados, Substituto**, em 12/12/2022, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.cgu.gov.br/conferir> informando o código verificador 2617379 e o código CRC B5CB5901